

**CIDADES E HISTÓRIA: REFLEXÕES TEÓRICAS NECESSÁRIAS PARA
UMA HISTÓRIA URBANA NO TEMPO PRESENTE**

Rodolfo José Oliveira Lima¹
Universidade Federal de Alagoas – UFAL
rjoliveira.lima@yahoo.com.br

O estudo do urbano não é um campo novo na historiografia. Raminelli (1997) nos destaca isso ao debater sobre as primeiras e novas formas de abordagem da história urbana não apenas pelos historiadores, mas também por sociólogos, urbanistas e filósofos. Desde o século XIX que encontramos produções voltadas a história da cidade, estas obras se debruçam sobre os vários períodos da história ao tratarem desde a *polis* grega ou da cidade medieval, até aos impactos da industrialização promovida pelo capitalismo e às modernas metrópoles de hoje. O surgimento de novos paradigmas (positivismo, materialismo-histórico, história nova, etc.) e o avanço da historiografia no que diz respeito à ampliação das fontes históricas, campos de conhecimentos e a interdisciplinaridade, marcaram bastante o norte de estudo desses historiadores que trabalham com objetos inseridos em um contexto urbano: política, economia, religião, cultura, arquitetura, biografias, entre outros.

Dessa forma, nos vem a problemática de definição do que seria então a história urbana, já que de uma forma ou de outra a história de cidades, segundo Silva (2002, p 76), "se confunde com a própria história das civilizações e do território (história local, história dos países e das regiões)". Este autor aprofunda o debate acerca da construção da história urbana enquanto campo específico do conhecimento que vai se efetivar a partir principalmente da segunda metade do século XX sob forte influência da historiografia britânica e estadunidense, mas sem superar a polêmica das várias modalidades historiográficas que podem ser trabalhadas sob esse prisma. As tentativas de se construir um saber total, isto é, uma teoria geral sobre o urbano, não conseguiram se efetivar justamente pela pluridimensionalidade desse campo.

Barros (2007) e Monteiro (2012) também dialogam nessa perspectiva, variadas

¹ Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas Comunicação e Arte da UFAL, cuja pesquisa é financiada por um convênio realizado entre a CAPES e a FAPEAL.

são as linhas de pesquisa que podem ser percorridas, nas palavras deste último: "falta ainda uma definição clara do que seria a História Urbana entre o empirismo das biografias urbanas produzidas pelos polígrafos, o formalismo da História do Urbanismo feita pelos urbanistas e a História das cidades escrita pelos historiadores" (MONTEIRO, 2012, p. 105).

Apesar de uma ausência de delimitações específicas, a nosso ver, quando lidamos com pesquisas sobre cidades ou mais especificamente sobre processos de urbanização, é necessário o enquadramento dentro desse campo historiográfico quando se compreende algumas implicações que essa dimensão da história carrega a partir do que se entende como “cidade”, “urbano” ou mesmo “espaço” enquanto categorias² fundamentais para a compreensão da realidade. É um debate importante quando se adota uma perspectiva marxiana de interpretação da sociedade em que a percepção da luta de classes como motor da história embasa a compreensão dos fenômenos sociais. Deste modo, explanar a discussão dessas categorias é o objetivo desse artigo, uma forma de apresentar pressupostos teóricos que o historiador não pode ignorar ao pesquisar as cidades, principalmente em uma temporalidade próxima, marcada pelo domínio do capitalismo como sistema econômico dominante.

CIDADE E URBANO

Cidade e urbano são duas categorias que precisam ser investigadas simultaneamente e devemos iniciar essa análise a partir da base material de produção que origina essas duas esferas. Também é possível conciliar esse estudo com o método comparativo, afinal, é mais fácil saber o que é determinada “coisa” quando conseguimos identificar o que *não é* essa mesma “coisa”, processo que podemos realizar através da comparação. Por isso, vamos iniciar esse debate com uma discussão acerca da clara

² As categorias, conforme Netto (2011), são determinações reais (ontológicas) historicamente determinadas de uma sociedade que exprimem seu modo de ser, com as quais o pesquisador lida reproduzindo-as intelectualmente, pertencendo, assim, também ao plano ideal.

separação "cidade-campo" fruto da divisão do trabalho nas sociedades de classe.

Esse é um debate pertinente para clarear as diferenciações dessas duas categorias que são construídas a partir das relações materiais de produção, pois não conciliamos com as concepções idealistas de cidade tal como Weber (1967) estabelece, mas o que de fato a cidade é/se torna ao longo de seu desenvolvimento histórico e em um determinado espaço.

Nesse sentido, cada local deve ser interpretado de acordo com sua realidade e tempo, afinal, as cidades europeias, por exemplo, se desenvolveram em condições históricas diferentes das da América Latina, África e etc., ainda havendo as singularidades próprias de cada aglomerado. Preferimos aqui formular uma visão do urbano construída a partir das contribuições do materialismo histórico e de outras áreas disciplinares como a sociologia e a geografia que auxiliam bastante o trabalho do historiador, apontando algumas das singularidades que norteiam essas dimensões.

Entender a distinção cidade-campo partindo da discussão da base estrutural nos permite enxergar as conotações sociais diferente de cada uma dessas duas esferas. Em Marx e Engels vamos buscar uma explanação sobre essa separação:

A maior divisão entre o trabalho material e o espiritual é a separação cidade-campo. A oposição entre cidade e o campo começa com a transição da barbárie à civilização, da organização tribal ao Estado, da província à nação, e persiste através de toda a história da civilização até hoje [...]. Com o surgimento da cidade aparece, também, a necessidade de administração, de política, de impostos, etc., em suma, a necessidade de organização comunitária e, por conseguinte, da política em geral. Foi quando se manifestou pela primeira vez a divisão da população em duas grandes classes, divisão que se assenta diretamente na divisão do trabalho e nos instrumentos de produção. A cidade é de fato o local da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades, enquanto o campo mostra exatamente o fato oposto, isto é, o isolamento e a dispersão. (MARX, ENGELS, 2005, p. 83).

Os autores, nesse balanço do surgimento das cidades, referem-se à Cidade Antiga, ou Cidade Política; essa primeira concretização da organização da população em um aglomerado político cuja melhor caracterização é a *polis*. Eles demonstram como a produção material da vida humana gerou duas realidades diferentes. A cidade ganha um enfoque diferente do campo, as forças de produção impõem organizações diferentes, necessidades diferentes, processos sociais diferentes. Essa separação, como explica

Lefebvre (2001a), mutila a realidade (totalidade) social, foi a divisão do trabalho que imputou ao campo uma forma de trabalho desprovida de inteligência, puramente material, enquanto a cidade é quem administra e faz a política. A cidade se torna o palco da razão, espaço que reúne as condições que levaram a possibilidade do desenvolvimento da filosofia; não é à toa que Aristóteles (2012) já exaltava as grandes virtudes da forma de associação em torno da cidade política como a mais avançada de todas. A cidade produz os filósofos e estes produzem a cidade: "A filosofia portanto nasce da cidade, com a divisão do trabalho e suas modalidades múltiplas. Torna-se ela mesma uma atividade própria especializada" (LEFEBVRE, 2001b, p. 37). Nesse ambiente não há um conflito cidade-campo (o que não quer dizer que não haja contradições inerentes a qualquer sistema) no sentido de cada realidade possuir um projeto político, as rebeliões de escravos não apresentavam alternativa sistêmica, porque, novamente segundo Lefebvre (2001a), o campo se torna dependente da cidade, existe em prol da mesma. Essa forma de cidade, típica Cidade-Estado³, possui um sistema fechado, onde as crises são mais destrutivas que construtivas; as contradições da cidade antiga ficavam internas a ela mesma, não conflitavam com o campo. Por apresentar essas características, o comércio não atingia grandes dimensões tal como na atual sociedade capitalista, mesmo já havendo uma divisão entre as esferas da produção e da circulação, pois, há um choque entre as características da propriedade mobiliária típica do comércio com as (super)estruturas assentadas em cima da propriedade imobiliária cidadina: "a cidade política resiste com toda sua força, com toda sua coesão; ela sente-se, sabe-se ameaçada pelo comércio, pela mercadoria, pelos comerciantes, por sua forma de propriedade (a mobiliária, movente por definição: o dinheiro)" (LEFEBVRE, 2002, p.22).

Na Idade Média temos uma mudança de lógica: campo e cidade são esferas opostas. As classes sociais em conflito pelo poder, isto é, nobreza e burguesia, apresentam projetos antagônicos. O espaço de atuação da primeira é o campo, e da última, a cidade; o sistema urbano representa, assim, a quebra da ordem feudal, a cidade não está mais

³ Sabe-se que muito há a dizer sobre as Cidades-Estados, há numerosos exemplos delas com os quais poderíamos nos deter acentuado semelhanças e diferenças em seus surgimentos e organizações - como as Cidades-Estados da Mesopotâmia, Grécia, Península Itálica e, por que não, América pré-colombiana - mas este não é um objetivo deste trabalho. Para nós, é suficiente apontar essas características mais gerais para elucidar nossa argumentação do contraste cidade-campo.

fechada em si, mas busca ampliar sua influência chocando-se com o campo e com o projeto de poder que o domina:

Na Idade Média europeia (deixando de lado cuidadosamente, o caso do "modo de produção asiático") a relação cidade-campo se torna conflitual. Depois da intervenção massiva dos bárbaros que executaram o decreto histórico contra a cidade antiga e a substituíram por uma sociedade novamente tribal e comunitária, a cidade e a burguesia medieval tiveram que vencer, através de árdua luta, a supremacia política e a capacidade de explorar economicamente o campo, substituindo o senhor proprietário de terras na extração do sobretrabalho (rendas fundiárias), na própria propriedade (destruindo a propriedade feudal da terra no curso de um imenso processo já delineado) (LEFEBVRE, 2001a, p. 43, grifo do autor).

Obviamente as contradições não ficam apenas no plano material. No campo das ideias durante a Idade Média, com o predomínio do feudalismo, a filosofia também se desloca da cidade para o campo e se submete a religião. Mas no seio do conflito entre essas duas formas, a filosofia se desprende das amarras que a ligam a teologia, passa a estruturar uma crítica à hierarquia feudal, às corporações e à monarquia; o novo racionalismo se desenvolve proporcionalmente ao capitalismo, mas não se apega mais a cidade, e sim ao Estado e ao indivíduo:

O filósofo e a filosofia se reencontram, não tendo mais que optar entre o Diabo e o Senhor. Nem por isso a filosofia reconhecerá sua ligação com a cidade. Ainda que a ascensão do racionalismo acompanhe a ascensão do capitalismo (comercial e bancário, depois industrial) e a expansão das cidades, esse racionalismo se apega ora ao Estado, ora ao indivíduo (LEFEBVRE, 2001b, p.39).

De fato, a centralidade do mundo moderno se encontra agora no sujeito; antes, durante todo o período greco-medieval, o indivíduo ainda estava submetido à comunidade. Pode-se dividir a estruturação dessa nova forma de elaboração do conhecimento em dois períodos: o primeiro com o Renascimento (séculos XVI ao XIX), e o segundo com o Iluminismo (século XIX ao presente) (TONET, 2013). A participação da burguesia nesse processo é central, uma vez que esta classe é diretamente interessada em conhecer a realidade, pois busca modificá-la a seu favor.

A industrialização é, para Lefebvre (2001b), o ponto de partida para entender a problemática urbana de hoje já que a alterou drasticamente. Sobre a cidade, antes da lógica capitalista prevalecer, imperava o valor de uso, ela é um organismo fruto de um processo histórico; não é apenas parte dele, mas o meio onde este se desenrolou. A cidade, em verdade, nasce como valor de uso, ou seja, ao mesmo tempo que é um produto

humano, é o espaço onde se dá a reprodução do "ser" humano; se apresenta como a mediadora de uma forma de vida específica que é usufruída por seus habitantes (apresentando, assim, uma dimensão cultural), possuindo um nível prático-sensível e outro ideal (o urbano). A cidade enquanto espaço de uma forma de vivência, torna-se intermediadora das relações sociais de produção e de poder, "comportando" o que esse mesmo pensador chama de "ordem próxima", isto é, a práxis dos indivíduos e seus grupos; e "compondo" uma "ordem distante": a do Estado e instituições, da qual recebe uma pressão vertical. A cidade é deste modo, uma "*projeção da sociedade sobre um local*", isto é, não apenas sobre o lugar sensível como também sobre o plano específico, percebido e concebido pelo pensamento, que determina a cidade e o urbano" (LEFEBVRE, 2001b, p. 62, grifo do autor).

Essa definição de Lefebvre mais amplia do que limita a visão do que é a cidade, mas é justamente essa a intenção do autor. O mesmo não pretende engessar uma forma de explicar a cidade, mas deixar aberto a complementos. A cidade é um todo complexo, marcada também por continuidades e descontinuidades históricas, formada por processos cumulativos (desenvolvimento da produção e racionalidade), por tempos e ritmos (globais e locais) e pela contradição com o campo.

A cidade e o urbano enquanto valor de uso são capturados pela lógica imposta pela industrialização. A cidade foi o palco possível do desenvolvimento da indústria, ao passo que passou também a ser produzida pela mesma. A lógica capitalista vai modificando o valor de uso pelo valor de troca, as relações sociais se tornam, dessa forma, fetichizadas. Esse problema da forma-mercadoria passa a ser imperativo a partir do momento que esta assume o caráter universal das trocas no capitalismo, diferentemente das sociedades pré-capitalistas onde o valor de troca estava diretamente submetido ao valor de uso. Esse é um problema elementar do capitalismo, todas as relações sociais permeiam direta ou indiretamente essa lógica.

Podemos ainda tirar grande proveito para as análises que estão sendo feitas continuando a exploração da passagem de Marx e Engels que mencionamos anteriormente. Após aquelas considerações já mencionadas, os pensadores continuam:

A oposição entre a cidade e o campo só pode existir no âmbito da propriedade

privada. É a expressão mais explícita da subordinação do indivíduo à divisão do trabalho, a uma determinada atividade que lhe é imposta - subordinação que converte alguns indivíduos em animais urbanos e outros em animais rurais, reproduzindo diariamente a oposição de interesses, ambos limitados. (MARX, ENGELS, 2005, p. 83).

As implicações dessa afirmação precisam ser entendidas dentro do acumulado da teoria marxiana da relação base-superestrutura que aqui foi apenas sinteticamente esplanada. Ora, se a sociedade é reflexo de suas relações materiais de produção, a forma de sociabilidade, por exemplo, de uma população camponesa pré-capitalista que possui uma relação direta entre os meios de produção e o resultado de seu trabalho é diferente das relações sociais de uma sociedade assalariada sob o jugo do capital.

Para ilustrar com clareza essa relação temos no capítulo 24 do livro I de O capital onde Marx trata da "assim chamada acumulação primitiva", a elucidação desse processo de desenvolvimento do capitalismo onde temos a passagem da propriedade fundiária assentada no trabalho servil para a terra enquanto forma de capital inserida em toda uma lógica comercial; assim como as metamorfoses do Estado diante da luta entre os interesses das classes sociais existentes (nobreza, camponeses, pequena e grande burguesia, entre outras). Vemos o (violento) processo de transformação da população campesina em mão de obra para a grande indústria em ascensão, o que impôs uma nova forma de organização do trabalho, a separação entre o trabalhador e a propriedade e, conseqüentemente, um fortalecimento da oposição cidade-campo. A acumulação primitiva do capital:

Na medida em que não é transformação direta de escravos e servos em trabalhadores assalariados, ou seja, mera mudança de forma, ela não significa mais do que a expropriação dos produtores diretos, isto é, a dissolução da propriedade privada fundada no próprio trabalho (MARX, 2013, p. 830).

Observamos assim que a industrialização alterou drasticamente a forma de produção e, como consequência, as relações sociais por onde passou.

Através de uma leitura de Thompson (1998), podemos visualizar de forma nítida as influências culturais dessas alterações da vida material. Este autor, ao focar na Inglaterra do século XVIII, mostra que esse período foi marcado pela transição dos costumes devido às mudanças materiais da sociedade ocasionadas pela industrialização. O choque dos costumes repassado entre as gerações (que carregam as experiências materiais vividas) com a nova forma de produção material em desenvolvimento foram o

principal motivo dos conflitos sociais nessa época (não apenas os relacionados a salários e condições de trabalho).

A Revolução Industrial provocou uma série de alterações na vida material e nas necessidades, por isso, foi a maior promotora das modificações culturais:

A Revolução industrial e a concomitante revolução demográfica foram o pano de fundo da maior transformação da história, ao revolucionar as "necessidades" e destruir a autoridade das expectativas baseadas nos costumes. É isso sobretudo o que estabelece a distinção entre o "pré-industrial" ou "tradicional" e o mundo moderno. As gerações sucessivas já não se colocam em posição de aprendizes umas das outras (THOMPSON, 1998, p. 22-23, grifos do autor).

Vemos assim que campo e cidade nunca mais foram os mesmos. Essas formas que já eram opostas ganharam uma nova feição no seio da divisão do trabalho imposta pelo capitalismo. A propriedade só atinge sua essência mais abstrata quando supera a relação direta entre "trabalhador/trabalho → propriedade → resultado do trabalho". Isso se dá com a apropriação (privada) da terra e imposição do trabalho assalariado; a cidade é o espaço onde isso ocorre, o teatro da metamorfose do capital (LEFEBVRE, 2001a).

O campo perdeu o protagonismo que possuía, o crescimento econômico industrial estendeu suas consequências ao conjunto dos territórios. O resultado disso foi:

O agrupamento tradicional próprio à vida camponesa, a saber, a aldeia transforma-se; unidades mais vastas o absorvem ou o recobrem; ele se integra à indústria e ao consumo dos produtos dessa indústria. A concentração da produção acompanha a dos meios de produção. O *tecido urbano* prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária. Estas palavras, "o tecido urbano", não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do domínio da cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano. Mais ou menos denso, mais ou menos espesso e ativo, ele poupa somente as regiões estagnadas ou arruinadas, devotadas à "natureza" (LEFEBVRE, 2002, p. 17, grifos do autor).

Aqui chegamos a um ponto em que é importante fazer uma distinção para evitar equívocos quanto às conclusões do debate aqui exposto. Campo e cidade não devem ser tratados como sinônimos de rural e urbano: "campo e cidade são formas concretas, materializam-se e compõem as paisagens produzidas pelo homem; "urbano" e "rural" são representações sociais, conteúdos das práticas de cada sujeito, cada instituição, cada agente na sociedade" (BIAZZO, 2008, p. 144, grifos do autor). O urbano também não é uma mera superestrutura na superfície da estrutura econômica, mas uma realidade a ser alcançada que realiza-se na superação do que a impede, o sistema capitalista

(LEFEBVRE, 2002).

Campo e cidade também devem ser vistas como construções sociais que não podem ser concebidas como espaços isolados, mas como subespaços da totalidade que é o espaço geográfico: "Esses dois subespaços devem ser compreendidos como parte orgânica de uma mesma realidade, uma mesma lógica social, ou seja, é fundamental levar em conta que ambos fazem parte de uma unidade geográfica, econômica, social, cultural e política" (LOCATEL, 2013, p. 88).

Então o que queremos ao levar esse debate para a História Urbana é demonstrar que ela está envolvida por uma lógica que carrega determinações materiais e ideais, como ficou claro em nossa breve discussão. A cidade é o espaço dialético das relações sociais que carrega uma forma de sociabilidade diretamente influenciada pelo modo de produção, por isso, ao nos debruçarmos sobre uma realidade urbana no seio da sociedade capitalista devemos levar em conta as implicações que as relações materiais de produção capitalista impõem. Para isso, a geografia, em especial, a corrente da denominada “geografia crítica”, vem a ser um campo de estudo indispensável para a compreensão desse processo, uma vez que a mesma parte de uma crítica externa ao capitalismo, e não interna, ou seja, presas as limitações impostas pelo próprio sistema, que não busca superá-lo.

ESPAÇO

Milton Santos (2014) nos traz uma concepção já bastante difundida quando falamos em seu pensamento sobre o espaço. O mesmo o define como um híbrido formado por “sistema de objetos” e “sistemas de ações” que interagem entre si mutualmente e também contraditoriamente. Se é possível explicar sinteticamente o que são esses sistemas de objetos e de ações, teríamos os primeiros como as forças produtivas e os segundos como as relações materiais de produção. O espaço é formado por sucessões e coexistências de seus objetos e atores, não é algo isolado, mas onde o todo e suas partes se realizam, assim como a história, a geografia, os objetos, os símbolos, etc. Não é a soma dos lugares, peças ou produtos, o espaço permeia tudo, inclusive as relações sociais, o Estado e as superestruturas no geral.

Esse pressuposto carrega uma série de implicações para a forma como o pesquisador enxerga a realidade. Significa ter o espaço como uma categoria fundamental para a compreensão do mundo, sendo indissociável do tempo, uma vez que, como expõe Lefebvre: “toda a realidade dada no espaço se expõe e se explica por uma *gênese* no tempo. Mas uma atividade que se desenvolve no tempo (histórico) engendra (produz) um espaço e somente num espaço assume uma “realidade” prática, uma existência concreta (LEFEBVRE, 2006, p. 167, grifos do autor). O espaço se introduz no conceito de produção, o invade, isto é, ele mesmo se torna o conteúdo, uma relação dialética.

A problemática que percorre o espaço decorre do crescimento das forças produtivas, com elas, advém as “ideologias” (no sentido de falsa concepção da realidade); para Lefebvre é preciso destruir essas ideologias da espacialidade que a mascaram. O caminho para isso não seria a fragmentação, ou seja, entender o espaço a partir de subdivisões: o espaço do lazer, do trabalho, etc., mas sempre entendê-lo como uma totalidade. Isto não quer dizer que o autor ignore que existam vários espaços sociais, mas é enfático quanto a sua ligação com o todo. O espaço representa a morfologia social, portanto é algo que pode ser apreendido, mesmo nas suas representações abstratas. A separação entre o “espaço vivido”, campo da geografia, do urbanismo, da sociologia e etc., do “espaço mental”, campo da matemática, da filosofia, é algo que mutila o entendimento da realidade. Isso advém da separação entre teoria e prática, o conceito não pode se separar do vivido.

Pode aparentar uma confusão entender o espaço da abstração como integrado ao mesmo espaço real (material), a princípio acha-se que são coisas diferentes, mas na concepção que estamos expondo, o espaço é o encontro, a reunião de tudo que existe: objetos, natureza, símbolos, conflitos sociais:

A forma do espaço social é o encontro, a reunião, a simultaneidade. O que se reúne? O que é reunido? Tudo o que há no espaço, tudo o que é produzido, seja pela natureza, seja pela sociedade, - seja por sua cooperação, seja por seus conflitos. Tudo: seres vivos, coisas, objetos, obras, signos e símbolos (LEFEBVRE, 2006, p. 149).

Fica claro que o espaço não é imutável, mas também um produto no sentido dialético que foi exposto. Assim, a partir de que pressupostos poderíamos entendê-lo na contemporaneidade? Se o espaço não pode ser entendido fora do tempo, qual o tempo

predominante no capitalismo? Vamos buscar novamente em Milton Santos (2013, 2014) referências para nos ajudar nesses exames.

Como o autor explica, o Mundo cada vez mais se “mundializa”, mas os indivíduos são cada vez mais fragmentados, o meio se dinamiza e se torna algo difícil de definir. Existe um tempo universal, mas não uma temporalidade universal (SANTOS, 2013), a cidade é um exemplo disso, quanto maior, mais são os vetores existentes, assim, temos várias temporalidades que permeiam o espaço, se podemos sintetizar, teríamos as temporalidades “hegemônicas” que são relativas a economia, a racionalidade, cultura e sociedade e; as “hegemonizadas” por essas primeiras. Há uma constante necessidade de atualização posto como um imperativo por essas forças hegemônicas sobre as hegemonizadas; podemos claramente ver essa ação no plano individual quando um sujeito se vê forçado a aprender uma nova tecnologia para conseguir se integrar à sociedade. Essas forças hegemônicas agem sobre o espaço, ou sobre os vários espaços, desse modo, também há espaços hegemônicos e hegemonizados (SANTOS, 2013).

Dessa última afirmação temos a ação do que o autor chama de “horizontalidades” e “verticalidades”. As primeiras referem-se ao substrato da vida material de um determinado meio, o conjunto das relações entre os indivíduos, instituições e etc., diretamente ligados aquela espacialidade, onde também se geram políticas próprias e relações solidárias. As verticalidades (diretamente ligadas ao poder econômico) são relações impostas a partir de fora pelas forças dominantes que trazem sua interferência ao local, são um vetor perturbador, pois implicam a mudança, é estranha aos habitantes locais. O mundo hoje é formado por ambas.

A formulação do conceito de “meio técnico-científico-informacional” por Santos (2014) é outro conceito que nos vem a ser bem útil. Dele depreendemos que espaço é indissociável das técnicas, isto é, a forma de interação entre o homem e a natureza. Por meio da técnica, o historiador pode entender o espaço como um fenômeno histórico (o tempo do processo de trabalho humano). Técnica não se separa da ciência (isto é, a natureza de sua concepção) e possui uma finalidade, um sentido (que é informação). É nessa gama de fatores que o sistema espacial se modifica, se torna mais ou menos denso a depender do grau de ligação com o mundo da produção.

O meio técnico-científico-informacional de hoje é uma sucessão do “meio-técnico” que representou a mecanização da vida, maior símbolo do domínio do homem sobre a natureza – este, por sua vez, sucedeu o “meio natural”, a forma de ligação primária do homem com a natureza – principalmente a partir da revolução industrial, contudo, ainda sem um contexto interligado, disperso geograficamente. É após a Segunda Guerra Mundial (que marca a união entre técnica e ciência) que temos sua predominância, mas seu auge se dá partir da década de 1970. A informação representa a unificação global desse meio, isto é, a globalização, subordinada à lógica capitalista.

As cidades contemporâneas se erigem em torno do meio técnico-científico-informacional. Nesse processo, elas se tornam mais excludentes: “Na cidade, as formas novas, criadas para responder as necessidades renovadas, tornam-se mais exclusivas, mais rígidas material e funcionalmente, tanto do ponto de vista de sua construção quanto de sua localização” (SANTOS, 2013, p. 70). O meio técnico-científico-informacional, antes monopólio dos centros urbanos, agora também abrange o campo. A tecnologia possibilitou a redução do espaço destinado a produção, possibilitando a ampliação do meio destinado a circulação e ao consumo:

Restringe-se o espaço reservado ao processo direto da produção, enquanto se alarga o espaço das outras instâncias da produção, circulação, distribuição e consumo. Essa redução da área necessária à produção das mesmas quantidades havia sido prevista por Marx, que a esse fenômeno chamou de “redução de arena” (SANTOS, 2014, p. 240, grifo do autor).

Já o processo que gera a ampliação do intercâmbio que se dá em espaços mais vastos devido a vantagem de se produzir nos mesmos é, ainda conforme o autor, o que Marx chama de “ampliação de arena”.

A produção capitalista do espaço é algo estudado por Harvey (2005) na obra de mesmo nome, tendo por base uma leitura crítica dos livros de O capital de Marx, também valendo-se da análise das heranças hegelianas e da percepção de outros filósofos. Como o autor expõe, quanto maior a intensificação da atividade social, dos mercados e das pessoas, mais importante é a expansão geográfica para sustentar a acumulação do capital. As tendências do capitalismo, a forma como se expande, cria demandas, como constrói paisagens físicas só para depois destruí-las, etc., é exposto pelo autor de forma objetiva.

O capitalismo existe em prol da circulação e cria as condições para tal: “Isso se

traduz na ideologia do crescimento ('o crescimento é bom') independentemente das consequências ambiental, humana ou geopolítica" (HARVEY, 2005. P. 130, grifo do autor); a primeira barreira para o acontecimento da circulação é justamente a barreira espacial. O capitalismo busca constantemente anular o espaço pelo tempo, isso significa incrementar a mobilidade (e o Estado é o principal garantidor disso). Isso origina a ótica que o Espaço perdeu a importância dentro da dinâmica atual do capitalismo, alguns chegaram até em falar no "fim do espaço", como nos explica C. S. Santos (2015), mas isso é um erro, o papel do espaço é reforçado, mas sob outra dinâmica, maior e mais complexa.

A tendência do capital à superacumulação que inevitavelmente desemboca nas crises merece uma preocupação especial de Harvey ao abordar a geopolítica do capitalismo. Historicamente esse sistema utilizou-se da expansão geográfica para "resolver" os problemas de suas crises cíclicas, economistas burgueses até expunham tal saída como a solução para essa problemática do capital, mas para Harvey isso é falso. A expansão/reestruturação geográfica do capitalismo é algo que apenas posterga as crises, contudo as assevera, tornando-as globais e intensificando a luta de classes.

Para dominar o espaço o capital precisa produzi-lo, é necessário superar as barreiras que impedem sua livre circulação, mas é um processo que gera tensões. As estruturas locais são abaladas, mas não sem gerar conflitos, as horizontalidades não são hegemônicas sem impor resistências, o local também pode ser o palco da obstinação, aproximando os sujeitos envolvidos.

Os atores desse processo não poderiam ser outros se não os trabalhadores, eles são a base da criação de infraestruturas que asseguram a livre circulação de capital, mas aqui entramos numa contradição:

as infraestruturas necessárias absorvem capital e força de trabalho na sua produção. Aqui, aproximamo-nos da essência do paradoxo. Parte da totalidade do capital e da força de trabalho tem de ser imobilizada no espaço, congelada no espaço, para proporcionar maior liberdade de movimento ao capital e à força de trabalho remanescentes. No entanto, o argumento, nesse momento, volta ao começo, pois a viabilidade do capital e do trabalho comprometidos com a produção e a manutenção de tais infraestruturas apenas fica assegurada se o capital remanescente circular por vias especiais e num período de tempo compatíveis com o padrão geográfico e a duração de tais compromissos. Se essa condição não for satisfeita [...] então o capital e o trabalho comprometidos

ficarão sujeitos à desvalorização (HARVEY, 2005, p. 149-150).

É nesse contraditório processo, inerente ao capitalismo, que temos o desenvolvimento das cidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno social da urbanização (assim como qualquer outro) é originário da ação humana, por isso, para termos uma visão concisa desse processo, também precisamos investigar quem são os atores que estão por trás do mesmo e como se dá sua formação social. Esse é um tema para outro momento, para o qual os clássicos do marxismo também tem muito a contribuir, mas por ser um processo dialético, isto é, por tanto os homens e mulheres produzirem o espaço como serem produzidos por ele, as categorias aqui discutidas tem a colaborar para a compreensão dessa outra dimensão exterior aos individuais que possibilite uma visão da totalidade que é a realidade social.

Esse arcabouço teórico é importante para os estudos focados no tempo o presente, devido as particularidades que essa abordagem histórica carrega. Hobsbawm (2013) bem nos coloca alguns dos problemas que o historiador do presente tem de encarar, uns semelhantes ao de profissionais dedicados a períodos mais antigos, como as marcas deixadas pela experiência de vida que assinalam o trabalho de todo o historiador, mas também outros que impactam com mais intensidade este tempo de análise, como as constantes transformações sociais que podem alterar a percepção do passado pelo historiador; e as limitações das visões de sua época, o que não acontece com os objetos de estudo mais afastados no tempo que dão ao profissional da história a vantagem da chamada "retrovisão". Além desses pontos elencados por Hobsbawm, o pesquisador ainda tem de encarar as dificuldades advindas de um terceiro aspecto: A grande disponibilidade de fontes a seu uso, o que exige um conhecimento ainda maior sobre o passado de modo a evitar superficialidade nas análises (MOTTA, 2012).

Assim, mais que o conhecimento sobre o passado e de outras produções historiográficas sobre o tema estudado, o historiador também precisa fundamentar muito bem uma teoria sobre o presente, como destaca Burke: "Sem combinar a História com a

teoria, é provável que não se consiga entender nem o passado nem o presente" (2012, p. 38). É para a elaboração de uma boa teoria que o debate aqui exposto pretende contribuir, seja qual for o objeto de estudo do historiador a partir da dinâmica originada nas cidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. Política. 6ª ed. São Paulo: Martin Claret, 2012.

BARROS, José D'Assunção. Cidade e História. Petrópolis: Vozes, 2007.

BLAZZO, Pedro Paulo. Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em geografia agrária. In: Encontro nacional de grupos de pesquisa – ENGRUP, 4, 2008, São Paulo. Anais... São Paulo: s.n., 2008. P. 132-150.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

HOBBSBAWM, Eric. Sobre história. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LEFEBVRE, Henri. A cidade do capital. 2ª ed. São Paulo: DP&A, 2001a.

_____. A produção do espaço. Tradução: Doralice Barros Pereira e Sergio Martins. [s.l.: s.n.], 2006.

_____. A revolução urbana. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

_____. O direito à cidade. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2001b.

LOCATEL, Celso Donizete. Da dicotomia rural-urbano à urbanização do território brasileiro. In: Mercator, Fortaleza, v. 12, número especial 2, set. 2013. P. 85 - 102.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã: Feuerbach – a contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MONTEIRO, Charles. Entre história urbana e história da cidade: questões e debates. In: Oficina do Historiador, Porto Alegre, v.5, n. 1, jan./jun. 2012. P. 101-112.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). Novos domínios da história. Rio de Janeiro:

Elsevier, 2012. P. 21-36.

NETTO, José Paulo. Introdução ao estudo do método em Marx. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

RAMINELLI, Ronald. História Urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997. P. 146-149.

SANTOS, Cesar Simoni. Do luar do negócio à cidade como negócio. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; PINTO, Isabel Alvarez (Orgs.). A cidade como negócio. São Paulo: Contexto, 2015.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: Editora da USP, 2014.

_____. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. 5ª ed. São Paulo: Editora da USP, 2013.

SILVA, Luís Octávio. História urbana: a construção de uma área de conhecimento. In: Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais, v.4, n. 1/2, Mai./Nov. 2002. P. 75-89.

THOMPSON, E. P. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TONET, Ivo. Método científico: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

WEBER, Max. Conceito e categorias da cidade. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: [s.n.], 1967. P. 67 - 88.